

Entrevista

JERSON KELMAN

“ Temos uma legislação muito avançada ”

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas ressalta as potencialidades da gestão das águas na Bacia do Rio Doce

O engenheiro civil PhD em Hidrologia e Recursos Hídricos pela State University (Colorado - E.U.A.) Jerson Kelman, é o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) desde a sua criação, em 2000. Antes de assumir o cargo, atuou como presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH). Durante quase 30 anos foi professor da COPPE- UFRJ. Na área pública, participou por seis anos, como diretor técnico, da Superintendência de Rios e Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Em entrevista ao jornal WATU, Jerson Kelman fala sobre o processo de criação do Comitê da Bacia do Rio Doce, os detalhes da Lei 9.433/97 - a chamada Lei das Águas - e as expectativas para os trabalhos na bacia nos próximos anos.

WATU - A mobilização social na Bacia do Rio Doce ocorreu de forma intensa na última década, com a realização de "Descidas Ecológicas" históricas e o Projeto Brasil-França. Quais são os momentos mais significativos que podem ser destacados neste processo?

Jerson Kelman - O processo de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH Rio Doce tem uma característica bem particular. Houve, desde o início da década de 90, um amplo trabalho de mobilização social na bacia. Os Comitês de Bacia de rios afluentes ao Rio Doce (Piracicaba, Córrego e Santo Antônio) também tiveram papel importante no processo. O trabalho de mobilização foi

considerado por todos como descentralizado e participativo. Particularmente, registre-se o consenso obtido, no âmbito da Comissão Especial, referente ao Regimento Interno, com destaque para a necessidade de construir regras de convivência, articulação e integração entre o CBH-Rio Doce e os Comitês de rios afluentes ao Doce.

O projeto Brasil-França, desenvolvido nas águas do Rio Doce no período de 1987 a 1992, foi o inspirador de determinados aspectos presentes na Lei 9.433?

Sem dúvida, pois a lei 9.433/97, a chamada Lei das Águas, se espelhou em parte no modelo francês de gestão de recursos hídricos. Pelo seu caráter pioneiro, esta foi uma experiência interessante e que constou, basicamente, dos seguintes aspectos.

diagnóstico da poluição hídrica, proposta de um plano que previa investimentos da ordem de US\$ 2,2 bilhões em 17 anos; e simulação financeira do funcionamento da Agência de Águas, tendo como referência a metodologia utilizada pelas Agências de Água francesas, em especial os princípios poluidor-pagador e usuário-pagador

Para que a gente possa comparar com o Rio Doce, qual é a situação dos processos de formação de comitês em andamento ao longo do país?

O CEIVAP (Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Itaipava do Sul) encontra-se em processo bastante avançado. Esse Comitê foi instituído via Decreto Presidencial em 1996, sendo posteriormente readaptado à luz da Lei 9.433/97. Hoje, o CEIVAP já aprovou o Plano da Bacia e a cobrança pelo uso da água para os diversos segmentos de usuários. No São Francisco, a ANA celebrou convênio com o IMA N

(Instituto Manoel Novais para o Desenvolvimento do Rio São Francisco) com vistas à instalação do Comitê na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a ANA, em parceria com os estados de São Paulo e de Minas Gerais, está trabalhando com o objetivo de instalar o Comitê, até o final do 1º trimestre de 2003

Que aperfeiçoamentos podemos esperar na legislação de Recursos Hídricos no País?

A legislação brasileira, tanto a ambiental como a de recursos hídricos, é extremamente avançada. Hoje, considera que os nossos principais desafios dizem respeito à operacionalização dos princípios, diretrizes de ação e fundamentos previstos na Lei das Águas e à efetiva implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, tanto os instrumentos técnicos, quanto os institucionais

Após a instalação do Comitê do Rio Doce, quais as estratégias que serão adotadas para a bacia?

As estratégias futuras deverão ser discutidas e definidas pelo CBH-Rio Doce, em parceria com os órgãos estaduais de recursos hídricos, a ANA e os Comitês de rios afluentes ao Rio Doce. A ANA vem trabalhando na construção de um Documento Estratégico para a bacia, que tem por objetivo subsidiar o CBH-Rio Doce e os órgãos estaduais de recursos hídricos de Minas Gerais e do Espírito Santo na definição de uma agenda de trabalho (Agenda Rio Doce) para os próximos anos. W



SANEAR
 COMPANHIA COLATINENSE
 DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Colatina
 PREFEITURA MUNICIPAL
 Desenvolvimento para todos.